



Manaus, domingo, 14 de julho de 2002

a crítica ECONOMIA a 15

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A floresta que produz renda

Divulgação

PRIMEIRA RESERVA DO GÊNERO NO PAÍS, MAMIRAUÁ MUDOU A VIDA DOS RIBEIRINHOS COM O DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES PRODUTIVAS SUSTENTÁVEIS

A Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) de Mamirauá, criada pelo governo do Amazonas em 9 de março de 1990, mudou o cenário econômico-social dos ribeirinhos que habitam a região da confluência dos rios Solimões, Japurá e Auati-Paraná. A reserva é a primeira do gênero no País e só depois dela as RDSs foram incluídas na jurisdição ambiental brasileira. Na reserva, são desenvolvidas atividades produtivas como a pesca e a produção de artesanato, que estão elevando a qualidade de vida dos habitantes do local e motivando a expansão nacional do modelo de desenvolvimento sustentável criado no Estado.

Desde que a reserva foi criada, o poder de compra da população das comunidades envolvidas subiu entre 29% e 53%. O crescimento econômico trouxe qualidade de vida e reduziu a mortalidade infantil em 50%. Vale ressaltar que o desenvolvimento sustentável não descontrolou o crescimento populacional, cuja média gira em torno de 2% ao ano. O plano de manejo de Mamirauá está desenvolvendo a economia local por meio de programas nas áreas de pesca, produção de artesanato, ecoturismo, agricultura, manejo florestal sustentável e liberação de microcréditos.

O presidente do Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (Ipaam), Estevão Monteiro de Pau-



ANAMÁ

Segunda RDS do Estado foi criada em 1998 e tem área aproximada de 2,3 milhões de hectares

la, revelou que já foi encaminhado ao governador do Estado uma proposta, com estudos iniciais, para transformar parte da Área de Proteção Ambiental (APA) do Médio Purus, localizada na calha do rio Purus, em Reserva de Desenvolvimento Sustentável. "O que motiva essas propostas é o sucesso de Mamirauá, do manejo que se desenvolve lá e dos resultados econômicos que estamos alcançando", comentou Estevão.

O gerenciamento das RDSs de Mamirauá e Amanã (esta foi criada em 1998 pelo Governo Estadual) é feita em parceria entre o Ipaam e a ONG Sociedade Civil Mamirauá. O monitoramento sócio-econômico da RDS Mamirauá revela dados que indicam o desenvolvimento da reserva desde 1999. A renda média anual por família chega até a R\$ 4,1 mil, para

uma população de 6,3 mil habitantes, distribuídos em 61 comunidades. "Para o interior, esse média é fantástica", comemora Estevão de Paula.

NOVO MODELO

A criação da Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) inaugurou um novo modelo de preservação, aliado ao desenvolvimento sustentável. Antes do surgimento do modelo, as reservas eram áreas com acesso rigidamente controlado, que se mantinham praticamente intocadas, as comunidades locais também tinham de ser removidas, dependendo do grau de proteção. Mamirauá foi inicialmente criado como uma Estação Ecológica, em 1990.

Quando o Governo do Estado verificou a impossibilidade de retirar as populações tradicio-

nais que habitam a área, começou a desenvolver uma alternativa de preservação que, além de proteger o meio ambiente, promove o desenvolvimento da região por meio de um plano de manejo sustentável. Essas são, em linhas gerais, os diferenciais do modelo RDS.

A experiência deu tão certo que a nova categoria de Unidade de Conservação foi inserida no Sistema Nacional de Unidade de Conservação, por meio da Lei 9.985, de 18 de julho de 2000. A partir de então, o modelo pôde ser implementado em qualquer unidade da Federação. Em 1998, foi criada a segunda RDS do Amazonas no rio Amanã, com área aproximada de 2,3 milhões de hectares, envolvendo territórios dos municípios de Barcelos, Codajás, Coari e Maraã.

NA NATUREZA

Modelo recupera estoques de pescado

O Programa de Comercialização de Pescado (PCP), criado em 1998, elevou o faturamento anual do setor, que saltou de R\$ 17 mil para R\$ 29 mil no período de 1999 a 2000. A renda média também subiu de R\$ 320 para R\$ 635. Os 46 pescadores participantes foram capacitados em técnicas de processamento de pescado e gerenciamento de organizações de produtores. A produção é transportada até a base de processamento, construída em parceria com os pescadores, onde o pescado é limpo e resfriado. Quando completa lotes de quatro toneladas, o pescado é levado a Tefé, onde é comercializado localmente ou enviado a Manaus. Além de gerar renda, o modelo de manejo utilizado em Mamirauá está permitindo a recuperação dos estoques de pescado: o número de pirarucus na área explorada teve um aumento de 64%, conforme informações disponibilizadas no site www.mamiraua.org.br. A produção de artesanato é outra atividade que vem dinamizando a economia das comunidades da reserva. Até o ano passado, a atividade já havia gerado renda de R\$ 5,7 mil para as famílias participantes. Pode parecer pouco, mas representa um salto significativo pois, em 1999, a renda anual com artesanato na reserva não chegava a R\$ 600. Cerca de 30 famílias se beneficiam com a venda de artesanato fabricado com sementes, madeiras, argila, cipós, talas e outros elementos extraídos da natureza. Pannels e

esculturas de barro, entalho em madeira e trançados são alguns dos itens fabricados pelos artesãos. Os produtos são vendidos nas próprias comunidades, quando são visitadas por ecoturistas. Vários cursos de capacitação e viagens já foram promovidos para aperfeiçoar os produtos e qualificar mão-de-obra. Atualmente, três pontos de venda funcionam dentro da reserva: A Associação de Mulheres de Vila Alencar (Amuva), a Lojinha de Artesanato da Boca do Mamirauá e a Casa do Grupo de Mulheres Jarauá

ESTADO PROTEGIDO

O Estado do Amazonas está inserido totalmente no bioma amazônico, e possui cerca de 97% de sua vegetação natural conservada. Atualmente, 35% da superfície do Estado encontra-se protegida por unidades de conservação (UCs) federais e estaduais, ou por terras indígenas. Se somadas a outras áreas especialmente protegidas, como áreas de preservação permanente, áreas de reserva legal, entre outras, o total final corresponderá a mais de 50% da área do Estado. As 13 unidades de conservação do Amazonas estão contidas em 19 municípios, ocupam uma área superior a oito milhões de hectares e estão sob a responsabilidade do Ipaam. São seis áreas de proteção ambiental, quatro parques estaduais, uma reserva biológica e duas reservas de desenvolvimento sustentável.